

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.036 - RS (2019/0167543-2)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
RECORRENTE : A L DE S (PRESO)
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por A L DE S contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (HC n. 70081001075).

Segundo consta dos autos, o recorrente teve sua prisão preventiva decretada, no dia 15/3/2019, porque teria ameaçado sua ex-companheira, em frente sua residência, a atear fogo em sua casa e dar um tiro na ofendida, em descumprimento de medidas protetivas anteriormente impostas (e-STJ fl. 45).

A Defensoria Pública impetrou *habeas corpus* junto à Corte estadual, alegando, em síntese, ausência dos requisitos autorizadores da custódia cautelar, bem como desproporcionalidade da medida em relação aos delitos (e-STJ fl. 90). O Tribunal de origem, contudo, denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 89):

HABEAS CORPUS. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. PRISÃO PREVENTIVA. DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA PROTETIVA. AUSÊNCIA DE ÓBICE À CUSTÓDIA CAUTELAR. DECISÃO SUFICIENTEMENTE FUNDAMENTADA. Hipótese em que o paciente descumpriu as medidas protetivas de urgência a ele impostas pelo juízo de origem e, por esta razão, foi decretada a prisão preventiva. Decisão que atende aos comandos constitucionais e legais, porquanto refere concretamente as circunstâncias fáticas que evidenciam a necessidade da custódia processual para garantia da ordem pública e proteção da integridade física, mental e psíquica da vítima, na forma dos arts. 312 e 313, inciso III, ambos do CPP. Além disso, não é possível de exame de provas, de forma pormenorizada, na via estreita do habeas corpus, de

sumária cognição. A existência de condições pessoais favoráveis não tem o condão de afastar a decretação da segregação cautelar. A projeção da pena ou do regime a ser fixado em caso de condenação também não justifica a concessão da liberdade provisória, pois a prisão, neste momento, tem natureza cautelar. Medidas cautelares diversas da prisão são insuficientes e inadequadas ao caso. A prisão preventiva não ofende o princípio constitucional da presunção de inocência, nem se trata de execução antecipada da pena. Art. 5º, LXI, da CRFB.

ORDEM DENEGADA. UNÂNIME.

Na presente oportunidade, a Defensoria Pública alega que *não há nos autos qualquer evidência de que o recorrente efetivamente agrediu a vítima* (e-STJ fl. 105), não possuindo gravidade relevante a conduta imputada ao recorrente. Ressalta, ademais, não ser suficiente a fundamentação que segrega cautelarmente o réu, que é primário, baseada em "fatos cuja veracidade não restou minimamente comprovada" (e-STJ fl. 105).

Argumenta, ainda, que a pena aplicada possivelmente será cumprida em regime aberto, considerando que para o delito de ameaça a pena máxima é de 3 meses e o recorrente já está há 3 meses preso.

Diante disso, pede, liminarmente e no mérito, a liberdade provisória do recorrente sob aplicação de outras medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do CPP.

É o relatório, **decido**.

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Na hipótese em apreço, ao que parece, a prisão foi justificada

com fundamento na garantia da ordem pública diante da periculosidade do recorrente, evidenciada pelo **efetivo risco de reiteração delitiva**, como se verifica de trecho do acórdão abaixo transcrito (e-STJ fls. 91 e 92, grifei):

Com efeito, em análise do mérito da presente ação constitucional, verifico que nada foi trazido que modificasse o entendimento já exarado, persistindo os motivos que levaram ao indeferimento do pedido, em liminar.

Colaciono, assim, as razões da decisão liminar proferida, de modo a evitar desnecessária tautologia:

"Com efeito, embora relevantes os argumentos contidos na inicial (fls. 5-11), não vislumbro, neste momento, o constrangimento ilegal anunciado pela impetrante.

O decreto prisional, lançado pela magistrada de primeiro grau, em 15/03/19 (fls. 49-51), está devidamente fundamentado.

Segundo consta na decisão hostilizada, o paciente proferiu ameaças e descumpriu medidas protetivas de urgência deferidas em favor da vítima, nos termos da Lei 11.340/06, em tese.

Inviável, assim, a aplicação das cautelares diversas da prisão (previstas no art. 319 do CPP), pois, a princípio, medidas insuficientes e inadequadas ao caso em concreto.

A presença de predicados pessoais favoráveis, por si só, não justifica a concessão da liberdade. No caso, estão presentes os requisitos do art. 312 do CPP.

A segregação, por ora, é necessária, especialmente para resguardar a integridade física e psicológica da suposta vítima.

Os demais argumentos apresentados pela defesa inclusive deverão ser analisados no momento processual oportuno, já que não é possível o exame de provas de forma pormenorizada, em sede de habeas corpus, de cognição sumária.

Consigno, por fim, que a prisão preventiva não ofende o princípio constitucional da presunção de inocência, nem se trata de execução antecipada da pena. A Constituição Federal prevê, no seu art. 5º, LXI, a possibilidade de prisão, desde que decorrente de ordem escrita e fundamentada.

Ante o exposto, indefiro a liminar."

Com efeito, *Conforme a regra insculpida no art. 313 do Código de Processo Penal, nas hipóteses de violência doméstica e familiar contra a mulher, caberá a prisão preventiva para assegurar a eficácia das medidas protetivas de urgência, quando essas em si se revelarem ineficazes para a tutela da vítima.* (RHC n. 99.171/PA, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, julgado em 13/11/2018, DJe 4/12/2018)

Nesse sentido, a título de exemplo:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. AMEAÇA E LESÕES CORPORAIS PRATICADAS EM AMBIENTE DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. PERICULOSIDADE DO AGENTE. RISCO DE REITERAÇÃO (DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA PROTETIVA). AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. Para a decretação da prisão preventiva, é indispensável a demonstração da existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria. Exige-se, mesmo que a decisão esteja pautada em lastro probatório, que se ajuste às hipóteses excepcionais da norma em abstrato (art. 312 do CPP), demonstrada, ainda, a imprescindibilidade da medida. Precedentes do STF e STJ.

2. No caso, as decisões anteriores destacaram a periculosidade do recorrente, evidenciada pela gravidade da ação praticada - teria agredido a vítima, que foi socorrida pelo SAMU sangrando e vomitando sangue, sendo que testemunhas também declararam que, antes do fato, o recorrente estava circulando no local ameaçando a todos, inclusive de que atearia fogo na casa. Além disso, há registro de ocorrências anteriores, tanto que foram deferidas medidas protetivas em favor da vítima, dado indicativo do efetivo risco de reiteração. Prisão devidamente justificada para proteção da integridade física da vítima. Precedentes do STJ.

3. Habeas corpus não conhecido. (RHC 105.614/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 05/02/2019, DJe 15/02/2019)

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa,

mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal, valendo ressaltar que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do recurso ordinário em *habeas corpus* pelo Colegiado da Quinta Turma.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator